



Sindicato dos Professores da Região Centro



Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública – Centro



Federação Regional das Associações de Pais de Viseu

***APOIO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS
COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS***

Ministério reduz condições para a sua garantia

***A falta de pessoal auxiliar de acção educativa e de docentes
atinge centenas de escolas na Região Centro***

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro (STFPC) e as Federações de Associações de Pais de Viseu e Leiria (FRAPViseu e FERLEI) divulgam um levantamento onde se constata que o problema está generalizado a muitas escolas.

Ministério da Educação põe em risco o emprego público de milhares de docentes e auxiliares de acção educativa, as condições de funcionamento das escolas/agrupamentos e a inclusão escolar de alunos com deficiências e/ou necessidades educativas especiais.

Recentemente, a Associação de Pais da Escola EB 2,3 Infante D. Henrique denunciou o corte de horas, para pagamento de horas de acompanhamento de alunos com deficiências, a frequentar aquela Escola.

Por seu lado, o Executivo Distrital de Viseu do SPRC, mostrou publicamente, através de uma outra denúncia, que o problema não era exclusivo da EB 2,3 Infante D. Henrique e que, bem pelo contrário, é um problema vivido por muitas escolas e agrupamentos no distrito de Viseu e, em muitos casos, põe em risco a inclusão escolar de muitos alunos com deficiências.

Mais recentemente, o Executivo Distrital de Coimbra do SPRC revelava a incúria do ME, dando a conhecer a situação de um aluno multideficiente, do concelho de Montemor-o-Velho, que se mantinha em casa, há quase dois meses (desde o início do ano lectivo), por falta de acompanhamento de auxiliar na sua escola. No dia da denúncia a DREC resolveu provisoriamente o problema.

O SPRC, o STFPC e as FRAPViseu e FERLEI vêm, agora, através de nova denúncia, mostrar que o problema persiste em muitas escolas/agrupamentos, na Região Centro, e responsabilizam o Governo/Ministério da Educação pela grave situação criada às escolas, ao enveredar por uma política de cortes sistemáticos nos recursos (docentes, não docentes, técnicos, financeiros, etc), cuja resolução carece de medidas de fundo de investimento na qualidade da escola pública para que ela possa acolher, com condições educativas adequadas, todos os alunos.

O problema é de fundo e tem a ver com cortes globais nas horas para acompanhamento de alunos com deficiências e com serviços de limpeza.

No ano em que o Governo se prepara para alterar profundamente a organização da educação especial, invertendo o sentido inclusivo da escola pública, as organizações promotoras desta denúncia fazem uma abordagem à problemática da inclusão das crianças e jovens com deficiências/NEE nas escolas, revelando como, na prática, o ME, desde há muito, vem desinvestindo nos recursos humanos da escola pública, designadamente no número e formação dos auxiliares de acção educativa ao acompanhamento desses alunos.

Em breve, o SPRC/FENPROF divulgará um novo conjunto de dados (que se encontram, ainda, em fase de recolha) que mostram que o ME, ao desinvestir na escola pública, lhe vem, intencionalmente, retirando outros meios (docentes de educação especial e a poio educativo, equipamentos, orçamento...) para um efectivo à inclusão aos alunos com deficiência/NEE.

Aqui se cruzam três tipos de visões sobre este problema, a mostrar o continuado desinvestimento do Governo/ME na Escola Pública.

Três visões sobre o mesmo problema

1. A visão do SPRC

Num levantamento não exaustivo junto de alguns agrupamentos e escolas da região centro, foi possível apurar a seguinte situação:

1.1. Distrito de Viseu

1.1.1. Agrupamento de Escolas de Cinfães

As horas para serviços de limpeza e acompanhamento autorizadas correspondem a 80% das necessidades.

1.1.2. EB1 do Touro – Vila Nova de Paiva (Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva)

Cinquenta e dois alunos do 1º CEB não têm auxiliar de acção educativa. Têm uma tarefaira 3h/dia.

1.1.3. Agrupamento de Escolas de Sátão

Precisaria de 1664 horas (para serviço de limpeza e acompanhamento de alunos), até Dezembro de 2007. Foram atribuídas apenas 1024 horas. Já gastaram todas as horas autorizadas para o 1º período lectivo. Perante o risco de ter de fechar 6 escolas do 1º CEB e quando a Escola EB 2,3 do Sátão já não tinha horas para limpeza, a Direcção Regional de Educação do Centro encontrou uma solução de remedeio que, atenuando a gravidade da situação, não resolve, no entanto, os problemas de fundo daquele agrupamento para o futuro. Dois alunos com *spina bifida*, um multideficiente, um com autismo e um com paralisia cerebral poderão ficar sem acompanhamento de auxiliares de acção educativa.

1.1.4. Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades

Precisa, até Dezembro, de mais 80 horas para limpeza e de mais 4h/dia para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais.

1.1.5. Escola EB 2,3/S de Oliveira de Frades

Tem falta de pessoal auxiliar de acção educativa (pelo menos 1).

1.1.6. Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul

Das 30 horas semanais para limpeza foram atribuídas 20. Das 24 horas semanais para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais foram atribuídas 16 horas. Conclusão: davam apenas até 15 de Novembro de 2007. A manter-se aquela situação, a partir de 15 de Novembro,

fechariam 10 escolas do 1º CEB (algumas delas com alunos com necessidades educativas especiais, como é o caso da Escola de Pindelo dos Milagres) e deixaria de haver qualquer acompanhamento para os alunos com necessidades educativas especiais na Escola EB 2,3 de S. Pedro do Sul. Entretanto, perante a denúncia do SPRC, a Direcção Regional da Educação do Centro encontrou uma solução de remedeio que, no entanto, não resolve o problema de fundo que é a necessidade de dotar aquele agrupamento com o pessoal necessário ao acompanhamento de todos os alunos e aos serviços de limpeza.

1.1.7. Agrupamento de Escolas de Castro Daire

Um aluno invisual frequenta a Escola do 1º Ciclo de Castro Daire. Esta Escola tem dois auxiliares de acção educativa para 8 turmas (note-se que só o aluno invisual carece do acompanhamento regular de um desses auxiliares). Houve corte nas horas propostas para tarefeiros.

1.1.8. Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim

Tem uma unidade especializada -Teach - para alunos com perturbações do espectro do autismo. A não ser disponibilizadas horas para mais uma tarefeira, a partir de Dezembro fica comprometido o trabalho nesta sala.

1.1.9. Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo

A maior parte das Escolas do 1º CEB não têm auxiliares de acção educativa. Em sua substituição têm tarefeiras, mas as horas dão apenas para a limpeza. Os alunos ficam sem acompanhamento, designadamente nos recreios.

1.1.10. Agrupamento de Escolas de Ferreira de Aves (Sátão)

Tem dois alunos com necessidades educativas especiais. Foram atribuídas 4 h/dia para limpeza e acompanhamento dos alunos. Precisavam do dobro. Fica comprometida a vigilância e acompanhamento dos alunos no recreio.

1.1.11. Agrupamento de Escolas de Lageosa do Dão (Tondela)

Precisa de mais 5/6 auxiliares de acção educativa. Alunos com necessidades educativas especiais são acompanhados por tarefeiros.

1.1.12. Agrupamento de Escolas de Resende

Há falta de pessoal auxiliar de acção educativa, designadamente, no novo Centro Escolar de S. Martinho de Mouros (recentemente inaugurado com "pompa e circunstância"), inclusive para assegurar o acompanhamento dos alunos durante o almoço.

1.2. Distrito de Leiria

1.2.1. Agrupamento de Escolas de Benedita (Alcobaça)

Houve redução do número de horas atribuídas ao Agrupamento, o que implica a natural diminuição do número de horas de acompanhamento e apoio aos alunos, semanalmente, muito embora todos os alunos tenham o acompanhamento de tarefas.

1.2.2. Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Porto (Alcobaça)

Houve corte nas horas para tarefas que foram substituídas por 1 desempregado (ao abrigo do programa POC).

1.2.3. Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pêra

Há uma criança da Educação Pré-Escolar que não está a frequentar o Jardim de Infância, este período lectivo, por não ter apoio.

1.2.4. Agrupamento de Escolas da Caranguejeira

Houve corte nas horas de limpeza.

1.2.5. Agrupamento de Escolas de Ansião

Houve o corte de uma tarefa. Um aluno com necessidades educativas especiais ficou sem acompanhamento individualizado

1.2.6. Agrupamento de Escolas de Pataias

A Escola aguarda autorização da DRE:

- de horas para uma tarefa para acompanhar uma aluna com necessidades educativas especiais de carácter prolongado, na escola sede de agrupamento

- da contratação de uma auxiliar de acção educativa.

1.2.7. Agrupamento de Escolas Marquês de Pombal

Foram atribuídas 1216 horas para tarefas para acompanhar alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado, para o primeiro período lectivo. Nos jardins de infância do agrupamento as crianças com deficiências/necessidades educativas especiais ficaram sem acompanhamento individualizado.

1.2.8. Agrupamento de Escolas D. Dinis

Das 3000 horas pedidas só foram autorizadas 1080. A escola sede, EB 2,3 D. Dinis, precisava de 3 tarefas e ficou sem nenhuma. A EB1 Capuchos necessitava de 3 tarefas que faziam 3,5 horas por dia e ficou apenas com 6 horas. A EB1 Barosa (tem 73 crianças) tem apenas uma auxiliar de acção educativa. Desde o dia 1 de Outubro os pais não deixam frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular no horário de almoço, por não haver ninguém a vigiá-las.

1.2.9. Agrupamento de Escolas da Batalha

O corte das horas sente-se essencialmente na sede do Agrupamento onde falta, nomeadamente, uma tarefaira para acompanhar 2 alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado e uma outra para acompanhar os alunos do 1º Ciclo na sede do Agrupamento

1.3. Distrito de Coimbra

1.3.1. Agrupamento de Escolas de Arazede (Montemor-o-Velho)

Um aluno com multideficiência esteve dois meses, neste período lectivo, sem aulas, em casa, por falta de pessoal auxiliar de acção educativa na EB 2,3 de Arazede.

1.3.2. Agrupamento de Escolas Martim de Freitas (Coimbra)

Há alunos com necessidades educativas especiais e a necessitar, como é óbvio, de apoio. No entanto só na semana de 12 de Novembro foi colocada uma professora para apoio educativo especializado, mas de "inglês". Não tem especialização em nenhuma das áreas da educação especial. Faltam professores e auxiliares de acção educativa para que o acompanhamento dos alunos seja feito devidamente.

1.3.3. Agrupamento de Escolas de Penacova

Há uma criança no Jardim de Infância de Figueira de Lorvão que foi alvo de intervenção precoce, mas que este ano está a frequentar a educação pré-escolar sem qualquer tipo de apoio especializado. O agrupamento tem vindo a sofrer a redução sistemática de auxiliares de acção educativa.

1.3.4. Agrupamento de Escolas Alice Gouveia (Coimbra)

Neste agrupamento há 8 crianças com deficiências que têm o apoio de três tarefairas (4h por dia, cada uma — e só uma tem alguma formação).

1.4. Distrito da Guarda

1.4.1. Agrupamento de Escolas de Loriga

Em 2006/07 foram sinalizadas 5 crianças que precisariam da Intervenção Precoce que, no entanto, não foram apoiadas

Em 2007/08 foram sinalizadas seis, das quais, só uma está a ser apoiada pela intervenção precoce.

OUTRAS SITUAÇÕES

1.5. Distrito de Castelo Branco

1.5.1 Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve"

Este Agrupamento tem uma unidade de Psicomotricidade para apoio às crianças do concelho da Covilhã.

O lugar docente ficou vago e, até hoje, ainda não foi colocado ninguém para que a unidade possa funcionar.

Estão sem apoio nesta área cerca de 12 alunos.

1.5.2. Agrupamento de Escolas do Paul e Entre-Ribeiras

Foi colocado na Educação Especial, na Educação Pré-Escolar, um docente de Hortofloricultura, sem qualquer especialização ou experiência para lidar com os alunos com deficiências/necessidades educativas especiais.

1.5.3. Agrupamento de Escolas José Sanches (Alcains)

Precisam de mais 2/3 docentes de Educação Especial, uma vez que têm muitos alunos com necessidades educativas especiais. Apesar de carta dirigida à DREC, continuam sem resposta.

1.5.4. Agrupamento de Escolas de S. Vicente da Beira

Estão colocados no Agrupamento 3 docentes de Educação Especial. Precisam de mais docentes para Apoio Educativo

1.6. Distrito de Aveiro

1.6.1. Docente do QE da Escola Secundária José Estevão, Aveiro, colocada em 31 de Outubro

Horário 0 (Contabilidade), entretanto com horário atribuído na sua escola. A colocação refere erradamente EB 2,3 de Aradas, quando devia referir Agrupamento de Escolas de Aradas, uma vez que o docente que ocupar esta vaga irá exercer funções com crianças e jovens, desde a Intervenção Precoce até ao 3º CEB.

Em conclusão, o agrupamento continuou sem professor e a vaga foi novamente enviada para a 7ª cíclica. A 15 de Novembro foi colocada outra professora. Contactado o agrupamento na tarde de 16 de Novembro, foi-nos sugerido que voltássemos a contactar na próxima semana porque ainda não tinham a situação clarificada.

1.6.2. Docente do QZP em situação de Horário 0 (Gp 300 – Português) foi colocada pelo CAE de Aveiro em S. João da Madeira, no início do ano lectivo.

Agora foi novamente colocada em 31 de Outubro.

Quando foi colocada na 6ª cíclica na Educação Especial ficou muito satisfeita porque sendo especializada (ainda que não tenha concorrido a QZP com esta habilitação), pensou que poderia aceitar a vaga, em que foi indevidamente colocada pelo ME.

Apresentou-se na EBI de S. João de Loure e o Conselho Executivo, após vários contactos junto da DREC e da DGRHE, informou-a que tinha havido um engano e que a vaga seria enviada novamente para a 7ª cíclica. A professora regressou pelo mesmo caminho.

2. A Visão do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro

A grande operação de propaganda política que o Governo e o Ministério da Educação tem utilizado, em relação ao apoio nas escolas, às crianças e jovens com necessidades especiais, não tem correspondência em termos de preocupações e acção prática quanto à imprescindível formação específica dos Auxiliares de Acção Educativa que dão apoio às actividades escolares e educativas.

O Ministério da Educação tem ignorado por completo tal realidade e necessidade e não tem cumprido com a imprescindível obrigação de promover acções de formação específica, destinadas a preparar os trabalhadores auxiliares de acção educativa, a quem é dada a responsabilidade de desempenhar tão delicadas quanto importantes tarefas.

À exigência da promoção de acções de formação, acresce ainda, não podendo ser dissociada desta, a necessidade de regularização da situação do regime jurídico desses trabalhadores, pois não faz sentido, que, estando a satisfazer necessidades permanentes nas Escolas, não possuam vínculos permanentes, mas, isso sim, contratos a termo que têm vindo a ser renovados anualmente, sendo possível, até, encontrar situações de trabalhadores pagos à hora.

O Ministério da Educação não está a tratar com a devida dignidade, nem as crianças com necessidades específicas, nem os trabalhadores auxiliares, que, no dia-a-dia prestam apoio especial. Antes sim, os trata como algo descartável.

Com a sua incúria, o Governo mantém as famílias dessas crianças, numa situação de engano, pois, para o desempenho de tais tarefas, não basta a boa vontade e o sentido de humanidade dos trabalhadores. É urgente a frequência da adequada formação e a tranquilidade que o emprego com direitos, confere aos trabalhadores.

Eis alguns exemplos de agrupamentos em que se verifica que o apoio dado por pessoal auxiliar é feito por tarefas, agravado pelo facto de, na quase totalidade, não possuírem qualquer formação específica:

Agrupamento	Alunos c/ deficiência/NEE	Tarefeiras	Horas	Formação
Dr. Daniel de Matos, VN Poiares	2	3	4/dia	NÃO
Ceira, Coimbra	2	Sem apoio específico	-	
Alice Gouveia, Coimbra	8	3	4/dia	1 teve alguma formação
D. Dinis, Leiria	8	4	2/dia (?)	NÃO

3. A Visão da FRAPV - Federação Regional de Associações de Pais de Viseu

Sendo a Educação fundamental no desenvolvimento colectivo de um povo, compete ao Ministério sobretudo no Ano da Igualdade de Oportunidades para Todos, garantir este pressuposto.

Porque considera esta Federação Regional que é seu papel a defesa e o dar voz a todos como se de cada um em particular se tratasse reunimos em Outubro, na Direcção Regional de Educação do Centro e, conforme já o vínhamos a manifestar há vários anos, alertámos para os problemas que poderiam surgir na Educação Especial com a falta de auxiliares de acção educativa e professores de apoio nas escolas.

Não abordámos, nem especificámos casos porque continuámos a pensar que a solução passa por uma política global e não só pela resolução de casos particulares que catapultam para a comunicação social.

Ao constatarmos que foi aprovado em Conselho de Ministros do dia 27 de Setembro uma nova legislação para a Educação Especial – cujo conteúdo é desconhecido das mães e dos pais, principais interessados na mesma - esperamos por parte da lei um reforço da Escola Inclusiva, para que:

- A partir do mês de Setembro, existam nas escolas auxiliares de acção educativa no apoio a todas as crianças e jovens;

- À semelhança das necessidades para o ensino regular, também as necessidades da Educação Especial sejam previstas com um ano de antecedência. Então, porque continuamos todos os anos a assistir à falta de auxiliares de acção educativa?

Gostaríamos de referir que para nós as tarefas são o último elo e, as mesmas, só deveriam ser utilizadas em casos pontuais, em falhas pontuais. Porque falamos de Educação, os intervenientes que lidam com ela devem ter formação específica e adequada à função que exercem;

- Aumento de indisciplina? Falta de apoios? Continuamos com uma lei de 1985 que define o rácio de auxiliares por salas de aula sem ter em consideração a evolução da sociedade e dos espaços escolares;

- Autonomia? Vamos continuar a ter de esperar imenso tempo por uma autorização superior do Ministério de Educação?

- Recuperam-se escolas do Ensino Secundário? O interior do país continua votado ao abandono. É só consultar a lista... Não existe verdadeira igualdade de oportunidades para todos.

Chamamos Escola Inclusiva a uma escola que de inclusão só possui os alunos e as famílias. As escolas não possuem espaços, acessibilidades, pessoal docente e não docente.

Pelo que temos verificado a Escola Inclusiva é uma miragem!

O problema é de natureza política e tem um carácter estrutural...

Quando a obsessão do controle do défice orçamental é mais importante que a vida das pessoas, não espantam estes sucessivos cortes e desinvestimentos em recursos fundamentais na Educação

Só uma efectiva mudança nas políticas do Governo poderá resolver este problema. Esse continuará a ser o combate das organizações envolvidas nesta denúncia.

As organizações promotoras